

Devassas em devassa: uma fonte para a reconstituição da história da cultura escrita no Brasil Colonial e Imperial

André Luiz Alves Moreno

Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil.
ORCID: 0000-0002-4294-3272
E-mail: amoreno@uneb.br

Giovane Santos Brito

Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura - Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.
ORCID: 0000-0001-6613-6072
E-mail: Giovane.uesb@gmail.com

Libânia Silva Santos

Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura - Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.
ORCID: 0000-0002-6125-2426
E-mail: libaniasilva3@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivo abordar as multiplicidades de campos de pesquisa possibilitados pela tipologia documental devassa, com enfoque nos estudos da história da cultura escrita, da linguística e da história. Abordamos aspectos teórico-metodológicos de análise, descrição e classificação da tipologia citada, tendo como base alguns exemplos desse tipo de documentação histórica, sobretudo as características identificadas nos manuscritos que compõem o acervo do evento histórico intitulado Conjuração Baiana, importante movimento de intento revolucionário ocorrido na cidade de Salvador no final do século XVIII, que motivou vasta produção documental custodiada atualmente, majoritariamente, pelo Arquivo Público do Estado da Bahia e pela Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Aludindo para a necessidade da realização de uma sistematização científica rigorosa que dê conta da preparação desse tipo de material, em nível de edição paleográfica e diplomática, que preze pelo rigor científico que ela demanda, o intuito é chamar a atenção de pesquisadores para a necessidade de se realizar edições de fontes históricas de forma a garantir a fidedignidade às fontes originais, estabelecendo uma ponte entre o documento físico e o digital(izado).

Palavras-chave

Conjuração Baiana. História. Devassas. Edição. Digitalização.

Devassas in devassa: a source for the reconstitution of the history of written culture in Colonial and Imperial Brazil

Abstract

The present study aims to address the multiplicity of research fields made possible by the documentary typology devassa from the analysis of the characteristics identified in the manuscripts that are part of the collection of the historical event entitled Conjuration Baiana, an important movement of revolutionary intent that took place in colonial Brazil in the 18th century which motivated vast documentary production currently held, mostly, by the Public Archive of the State of Bahia and by the Manuscripts Division of the National Library. Alluding to the need for a rigorous scientific systematization that takes care of the preparation of this type of material, at the level of paleographic and diplomatic editing, which values the scientific rigor that it demands, the aim is to draw the attention of researchers to the need for editions of historical sources are carried out in order to guarantee the reliability of the original sources, establishing a bridge between the physical and digital document..

Keywords

Conjuration Baiana. History. Devassas. Edition. Scanning.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 08/10//2020
Aprovado em 04/02/2021
Publicado em 26/03/2021

1 AS DEVIASSAS: UMA IMPORTANTE FONTE PARA A RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA COLONIAL E IMPERIAL DO BRASIL

Quando tratamos das fontes para a reconstituição da história da cultura escrita no período colonial e pós-colonial do Brasil, as “devassas” são extremamente relevantes para as pesquisas que se dedicam ao fenômeno da difusão e da circulação da escrita, pois estas apresentam um universo coeso de informações que podem nos aproximar de uma realidade que ainda carece de investigações sistemáticas. Historiadores, filólogos e linguistas, de diversas instituições de pesquisa, já se valem desse tipo de fonte para tratar de inúmeros aspectos dos idos do Brasil, como a questão da distribuição social da escrita em insurreições coloniais e a perseguição de manifestações religiosas de matrizes africanas. João José Reis (1988), por exemplo, buscando compreender as questões relacionadas à repressão à prática do “calundu”, esquadrinha os dados coletados dos “Autos de Devassa da Revolta do Calundu dos Passos” de 1785, dizendo-nos que:

Trinta testemunhas juraram sobre um Livro do Evangelho contra os africanos presos no calundu de Cachoeira. Destas, seis afirmam nada saber sobre o caso, muitas sabem por ser “público e notório”, umas poucas participaram da invasão ou a testemunharam pessoalmente. Eram pessoas nascidas na Bahia ou vindas de fora, de diversas cores, ocupações, idades, estado civil e grau de instrução. Suas idades variavam entre 19 e 65 anos, a maioria na faixa entre 25 e 35 anos. Sete tinham mais de 50 anos. Os não brancos eram proporcionalmente mais jovens que os brancos. Esse padrão confirma as pesquisas de Mattoso sobre a família baiana do século XIX. A vantagem dos brancos também refletiu-se no índice de analfabetos, apenas 2 entre os 7 que não sabiam escrever. No entanto, é interessante que dois terços dos não brancos soubessem pelo menos assinar seus nomes. De todas as 30 testemunhas, apenas 7 não assinaram seus nomes. Nove eram naturais de Cachoeira, 8 de outras vilas do Recôncavo, 3 de Salvador, 2 de cidades de fora da Bahia mas no Brasil, 6 de Portugal e 2 da África (REIS, 1988, p. 78-79, grifo nosso).

Reis (1988) compreendia que, por exemplo, a partir do cômputo das assinaturas dos depoentes, poderia conjecturar indicadores de alfabetismo na região do Recôncavo Baiano com base nas informações contidas nessa “devassa”. Além disso, através dela, é possível rastrear não somente os perfis dos sujeitos que constituíam tais manifestações religiosas, mas também os discursos construídos pela sociedade colonial de então sobre a prática do calundu nessa região, dentre tantos outros fatores.

Contudo, devido às condições dos arquivos e acervos do País, muitos pesquisadores acabam por afirmar que certas temáticas e/ou temporalidades ficam impedidas de serem investigadas por falta de fontes que possam subsidiar suas pesquisas. Alguns deles apontam, por exemplo, que não há como se desenvolver análises históricas sobre a difusão social da escrita no período colonial, por exemplo, pois:

[...] na maior parte do país, não existem acervos organizados que nos permitam reconstruir séries de registros paroquiais, por exemplo, fundamentais para se realizar uma

história demográfica e quantitativa. Esses registros estão dispersos em arquivos eclesiásticos ou em paróquias isoladas e são extremamente fragmentados. Além disso, nem sempre esses registros trazem o tipo de informação que precisamos. (GALVÃO, 2010, p. 241).

Sobre essa questão, Carlos Bacellar (2010) menciona que estes, de maneira geral, necessitam, para além de suas bases teórico-metodológicas específicas, de uma formação arquivística consolidada, pois acabam cometendo graves equívocos por desconhecerem a realidade e a estrutura dos arquivos e dos acervos brasileiros. Por conta do desconhecimento dos diversos tipos de arquivos e de seus respectivos documentos, muitos pesquisadores tratam o período colonial brasileiro como um possível “vácuo” em nossa história, julgando não se ter havido produção documental em larga escala que viabilizasse uma reconstituição mais eficiente desse período. Mas, pelo que vimos, isso não é bem a verdade.

Sobre a produção documental no Brasil, podemos dizer que esta, obviamente, se iniciou com a implantação da política colonial portuguesa. Segundo Barcellar (2010),

Quando da expansão ultramarina, a instalação portuguesa no Brasil se fez, nos primeiros momentos, pela concessão das capitâneas hereditárias. Logo, porém, as dificuldades evidentes dessa estratégia obrigaram à mudança de rumos na política colonial metropolitana, com a decisão de se instalar um Governo Geral em Salvador. Podemos considerar que, desde então, duas linhas básicas de acumulação documental se estabeleceram: uma, privada, em mãos dos capitães-donatários, em sua maioria estabelecidos em Portugal, e outra, pública, na sede do Governo local e metropolitano. Todavia, o evoluir dos depósitos de arquivos deu-se de modo precário, sem maiores regulamentações, ocorrendo ao acaso onde houvesse um canto vago para juntar papéis cujo trâmite já havia se encerrado. (BACELLAR, 2010, p. 43).

Carlos Bacellar (2010, p. 46) enfatiza que as práticas documentais brasileiras, dando enfoque aqui ao período colonial, remontam à produção documental da Idade Média, “em que as tentativas de criação dos estados nacionais foram acompanhadas pela crescente necessidade de se registrar e conservar os atos emanados dos poderes reais”. Por isso mesmo, a produção documental no Brasil, nos primeiros séculos de ocupação e dominação portuguesa, reflete a própria política colonialista lusitana, que, com as transformações de sua administração, irá produzir novos tipos documentais para atender a realidade organizacional de suas possessões.

Como já é sabido, a partir do século XVI, a organização política ocidental ganha novas configurações. Se, na Idade Média, não haveria distinção entre Estado e Igreja, a partir de então, os Estados Absolutistas manifestam um direito administrativo laico. Em consequência disso, novos produtos documentais emergem, levando em conta estruturas já conhecidas, e que já eram comumente produzidas pelo notariado eclesiástico, como é o caso das “devassas”. Isso quer dizer que, no Brasil, a documentação notarial foi produzida a partir de duas realidades específicas: a “eclesiástica”, levando em conta a inspeção dos inquisidores do Santo Ofício e da Igreja de uma

maneira geral, e a “jurídico-administrativa laica”, a partir da fiscalização dos funcionários do Império que atuavam na colônia.

Os documentos notariais, tanto “eclesiásticos”, quanto “jurídico-administrativos laicos”, estão alocados em diversos arquivos espalhados por todo País e, também, fora dele. Entretanto, devido à sua situação estrutural e organizacional, muitos desses testemunhos estão submersos em enormes montanhas de caixas, maços e envelopes, sem nenhum tipo de tratamento arquivístico adequado. Por isso, antes mesmo de adentrarem a esse universo de pesquisas, filólogos, linguistas, historiadores, entre outros, necessitam compreender a dinamicidade dos documentos depositados neste ou naquele arquivo, buscando delimitar suas respectivas funções dentro de sua entidade produtora e acumuladora. Para que isso se concretize, é necessário que o pesquisador consiga estabelecer a gênese documental, levando em conta os contextos históricos que circunscrevem sua produção. Dessa forma, o primeiro passo é identificar com qual tipo de arquivo estamos lidando.

Segundo Barcellar (2010), existem basicamente seis tipos de arquivos no contexto do Brasil, que podem ser assim distribuídos (Quadro 1):

Quadro 1 – Arquivos e fontes documentais do Brasil

ARQUIVOS E FONTES DOCUMENTAIS DO BRASIL	
ARQUIVOS	DOCUMENTOS
Arquivos do Poder Executivo	Correspondência: ofícios e requerimentos Listas nominativas Matrículas de classificação de escravos Lista de classificação de votantes Documentos sobre imigração e núcleos coloniais Matrículas e frequências de alunos Documentos de polícia Documentos sobre obras públicas Documentos sobre terras
Arquivos do Poder Legislativo	Atas Registros
Arquivos do Poder Judiciário	Inventários e testamentos Processos cíveis Processos crime
Arquivos Cartoriais	Notas Registro civil
Arquivos Eclesiásticos	Registros paroquiais Processos Correspondência
Arquivos Privados	Documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresas.

Fonte: Barcellar (2010, p. 26).

Em que tipo de arquivo estão provavelmente depositados os “processos devassatórios”? Pelo que notamos, é possível localizá-los basicamente em dois tipos: nos “arquivos eclesiásticos” e nos “arquivos do poder judiciário”. Mas o que tais arquivos têm em comum? Como pode ser claramente observado, tais tipos de arquivo guardam os processos cíveis e crime contra a Santa Igreja Católica e/ou contra a organização régia da metrópole. São tais processos, não deixando de lado os que dizem respeito diretamente aos Tribunais do Santo Ofício — que estão depositados no

Arquivo Nacional da Torre do Tombo —, extremamente importantes para as pesquisas de variadas matizes, pois

Os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobranças judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado (BARCELLAR, 2010, p. 37).

Vistos dessa forma, tais documentos, mais especificamente as chamadas “devassas”, são verdadeiras fotografias das realidades sociais do período colonial e pós-colonial do Brasil, tanto para compreendermos os projetos moralizadores da Igreja, como para compreendermos a política colonialista portuguesa, além, é claro, das reações da população aos seus projetos econômico-administrativos. É exatamente por isso mesmo que os “processos devassatórios” são extremamente relevantes para a reconstituição histórica de tais períodos, pois revelam contextos macroscópicos, mais generalizantes, da população colonial brasileira.

Esse aspecto foi apontado por Maria Silvia Bassanezi (2011), quando nos diz que, a partir das novas premissas da “História Cultural”, os registros civis e paroquiais, e mais amplamente os processos “jurídicos laicos” e “eclesiásticos”, são fontes privilegiadas, porque nos fornecem dados que podem revelar:

- a dinâmica demográfica diferenciada por cor/condição social e/ou por atividade econômica constatando a forte presença do controle social na reprodução humana;
- os movimentos sazonais dos nascimentos, casamentos e óbitos, que refletem costumes, tradições, mentalidades religiosas, atividades econômicas, condições climáticas e biológicas;
- a disseminação de relações extraconjugais e de elevados índices de ilegitimidade e de abandono de crianças, abrindo, inclusive, novas perspectivas para a compreensão da sociedade do passado e de seus mecanismos de exclusão social de uma grande maioria;
- a existência da família de casamentos legalizados de escravos, o que ajudou a ampliar e refinar a visão da historiografia sobre a escravidão no Brasil;
- a ocorrência de padrões de compadrio – descoberta que colaborou para uma compreensão maior das relações sociais, de ajuda mútua e de poder entre pessoas, comunidades e estratos sociais e do funcionamento de certas redes sociais estabelecidas e reproduzidas ao longo do tempo;
- a ocorrência de padrões de nomeação ou nomeação dos indivíduos – através dos quais se observam: origens remotas das famílias; alianças com outros grupos sociais, étnicos e familiares; o ingresso de imigrantes nas sociedades e as decorrentes modificações ou transformações importantes nos usos, costumes, na organização social, política e religiosa da comunidade;
- as escolhas matrimoniais – onde exercem papel importante questões relativas à etnia, à preservação do patrimônio, ao estabelecimento de alianças, à união de capacidades de trabalho;
- vários outros aspectos ligados à instrução, à religião, à moral, às mentalidades. A presença ou ausência de assinaturas nas atas de casamento e sua escrita, por exemplo, podem dar indicações sobre o nível de instrução dos indivíduos ou grupos envolvidos. (BASSANEZI, 2011, p. 144-145).

Entre os pesquisadores, já há uma percepção de que essa fonte é substancial para compreendermos os tempos pretéritos de nossa história, pois imprimem em sua materialidade escrita um conjunto diversificado de informações. Estas estão distribuídas nas diversas espécies documentais, acionadas para dar conta do processo de sua instauração, de seu andamento e de seu fechamento. No caso dos “Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates”¹, por exemplo, o primeiro processo devassatório sobre a Sedição Intentada de 1798 foi procedido pelo Desembargador Dr. Manoel Magalhães Pinto de Avelar Barbedo, a mando do então Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador da Capitania da Bahia. A partir do referido ato, identificado como crime de “lesa-majestade”, deu-se início a esse “processo devassatório”, reunindo-se provas para a investigação inicial sobre a Conjuração Baiana².

2 A QUESTÃO DA DEVASSA DA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798: ESTUDO DE CASO

O século XVIII possui tal relevância a ponto de ser referido como o século das luzes, marcando a transformação temporal de Idade Moderna para Idade Contemporânea. Caracterizado pela intensificação das tensões político-sociais na Europa e nos demais territórios, foi o período em que a Revolução Industrial despontava e os ideais iluministas ganhavam cada vez mais espaço, apesar das inúmeras ações coercitivas executadas pela Igreja e Estados. No caso do Estado Português, em 1755, ocorre o terremoto de Lisboa, acontecimento que influenciaria a administração portuguesa notadamente na sua relação com suas colônias.

De modo a angariar recursos para a reconstrução das cidades, entre outras demandas, as ações do Marquês de Pombal afetariam profundamente os súditos do Brasil. O aumento da cobrança de impostos, principalmente sobre a extração do ouro, maior fonte de riqueza da colônia à época; a permanência do exclusivo colonial, acordo restritivo do comércio no qual a colônia obrigava-se a estabelecer relações comerciais apenas com a metrópole; a proibição do estabelecimento de indústrias na colônia; e o encarecimento massivo, entre outros fatores, tornavam a atmosfera do Brasil propícia para a eclosão de diversos movimentos contestatórios do poder monárquico.

¹ Publicação que, em dois robustos volumes, apresenta as transcrições dos autos dos processos da Conjuração Baiana custodiados pelo Arquivo Público do Estado da Bahia/Salvador - BA e pela Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro - RJ. (BAHIA, 1988).

² Um dos diversos nomes atribuídos ao movimento. Está presente na historiografia também como Revolta dos Alfaiates, Revolução dos Alfaiates, Inconfidência Baiana, Revolta das Argolinhas, Sedição Intentada na Bahia, Revolta dos Búzios, Conspiração dos Alfaiates, etc.

Além disso, as notícias revolucionárias europeias já eram trazidas pelos viajantes, contribuindo para o fortalecimento dos anseios por transformações. Desse modo, em 1789, ocorre a Conjuração Mineira, que apesar de seu insucesso irá influenciar mobilizações em outras capitanias. No caso da Bahia, aliavam-se às insatisfações mencionadas a relativamente recente perda do *status* de capital da colônia, transferida para o Rio de Janeiro em 1763, e a ocorrência de uma grande seca na região, provocando fome e desabastecimento. O limite de tolerância dos “bahinenses” parecia ter sido atingido.

Assim, na manhã de 12 de agosto de 1798, um domingo, dia de maior circulação em virtude sobretudo dos compromissos religiosos, diversos papéis foram encontrados em pontos específicos e estratégicos da colonial cidade de Salvador. Os chamados “boletins sediciosos” eram textos em tom convocatório, que continham críticas à Igreja e à coroa portuguesa e suas ações em território “brasileiro”, nos quais, com base nos ideais iluministas franceses de “liberdade, igualdade e fraternidade”, era possível observar uma tentativa de criação de uma República Bahinense, um novo modelo de governo que, após a destituição do “indigno coroado”³, as desigualdades e abusos existentes seriam suprimidos e se chegaria “o tempo felis da nossa Liberdade, o tempo em que todos seremos irmaons: o tempo em que todos seremos iguaes”⁴.

Considerados os primeiros registros de imprensa na Bahia (MATTOS, 2018), dez papéis foram os que chegaram ao conhecimento das autoridades da época, além de dois bilhetes direcionados ao clero que apareceriam alguns dias depois. O então governador da Bahia, Dom Fernando José de Portugal, ordena a imediata abertura de uma devassa para a averiguar a autoria dos “blasfêmicos” textos, liderada pelo Desembargador Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo. Pouco tempo depois, após as delações de alguns acareados, foi descoberto o plano de realização de uma reunião para melhor definir as estratégias de ação dos seguidores do “partido da liberdade”⁵. A partir disso, sob a responsabilidade do Desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, outra devassa foi aberta e com intuito diverso da devassa inicial: investigar quem eram os envolvidos nesta pretendida revolução.

A ampla devassa, com duas vertentes de investigação, duraria quinze meses, encerrando-se apenas em 08 de novembro de 1799, com a execução em praça pública, por enforcamento e

³ Termo utilizado pelos membros do movimento para se referir ao Príncipe Regente D. João VI, que administrava o reino desde 1792, quando do agravamento da enfermidade mental de sua mãe, a Rainha D. Maria I, costumeiramente referida como a rainha louca.

⁴ Trecho do Boletim Sedicioso de n. 01, o mais popularizado entre os estudiosos do tema. Notação do documento no Arquivo Público do Estado da Bahia: BR BAAPEB TJBA SRB BB 576/01.

⁵ Forma como se identificavam os envolvidos com o movimento de pretensão revolucionária, citada no Boletim n. 01 (Notação: BR BAAPEB TJBA SRB BB 576/01)

posterior esquadramento, de quatro integrantes da revolta, oriundos de segmentos menos abastados da sociedade. Nesse intervalo, o processo investigativo resultou em vasta produção documental de diversas tipologias: autos de interrogação, careação de réus, ordens de prisão, processos de análise e cotejo de letras, papéis apreendidos em posse e em residência dos acusados oriundos de diversos estratos sociais, arguição de defesa dos réus, entre outras.

O produto dessas devassas, aproximadamente 4 mil páginas, acabou por se dispersar em diferentes instituições custodiadoras de documentos, ação que, como abordamos em seção anterior, é prática corriqueira no Brasil, apesar de ferir aos princípios da organicidade ao desmembrar “unidades de arquivamento constituídas de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial” (BRASIL, 2006). As partes desses processos estão atualmente concentradas na Seção Colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia, em Salvador, e na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, situada no Rio de Janeiro.

No Arquivo Público do Estado da Bahia, encontram-se os 10 boletins e os dois bilhetes originais e mais algumas cópias dos mesmos, 48 processos, nove textos apreendidos em casas dos acusados, comunicações trocadas entre o governo da capitania e líderes de Vilas e freguesias, ordens régias, e demais correspondências relativas às punições dos envolvidos, como, por exemplo, o documento que solicita, em 11 de novembro de 1799, que os corpos dos mártires fossem retirados dos espaços públicos em virtude do mau cheiro e dos riscos à saúde pública. Totalizam cerca de 2 mil páginas manuscritas.

Na Biblioteca Nacional, na ex-capital brasileira, encontram-se outros autos processuais da devassa. Destacam-se as relações detalhadas dos bens que foram sequestrados aos réus, a ampla defesa procedida pelo advogado Jozé Barbosa de Oliveira, e a sentença final para os acusados de envolvimento com o gravíssimo crime de lesa majestade, constituindo um conjunto documental de aproximadamente 1.500 páginas manuscritas.

Em ambas as instituições, visando à conservação de seus suportes, a maior parte do acervo supramencionado não se encontra disponível para consulta física num primeiro momento, em decorrência de se encontrarem já disponibilizados em formato de reprodução digital⁶. Sendo, *a priori*, a única forma de acesso do consulente a seus conteúdos, a qualidade do documento digital e o tratamento a ele destinado é aspecto essencial a ser considerado pelo pesquisador, de modo a assegurar uma adequada análise de suas fontes e conseqüentemente um trabalho científico sólido.

⁶ Ambas as instituições disponibilizam as digitalizações de seus acervos em ambiente virtual, onde poderão ser consultadas. Consulta física aos manuscritos, em suporte papel, pode ser autorizada pelas instituições mediante análise das necessidades investigativas de cada pesquisador. O Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) disponibiliza parte do acervo na Plataforma AtoM da instituição e a Biblioteca Nacional em site próprio, a BNDigital.

3 O TRATAMENTO DO DOCUMENTO DIGITAL: A FIDEDIGNIDADE DO QUE SE APRESENTA COMO O ORIGINAL

A preocupação com a fidedignidade dos documentos é o foco principal das discussões de pesquisadores em torno dos processos de digitalização, sejam eles empreendidos pelos procedimentos de escanização (com base em qualquer tipo de *Scanner*, que, em si, também encerra um procedimento fotográfico), ou por intermédio da fotografia tida como convencional (baseada em câmeras fotográficas). O resultado desses processos sempre será constituído por imagens fotográficas digitais que encerram, sobremaneira, um objeto totalmente diferente do documento original físico, tanto quanto aos seus suportes, quanto à sua linguagem, às informações contidas nas imagens geradas e, principalmente, no que tange aos processos de fidedignidade, autenticação e correlação com os originais físicos.

É importante salientar que uma imagem fotográfica de um documento sempre será constituída de uma nova versão do mesmo, na medida em que, enquanto imagem capturada por dispositivo fotográfico, foi engendrada seguindo padrões determinados por escolhas pessoais do pesquisador ou técnico responsável (SONTAG, 2004).

Nesse sentido, com base nos princípios tanto da Diplomática quanto da Paleografia, uma versão digitalizada constitui-se, sobremaneira, de uma edição fac-similada (CEIA, 2009) do documento. Uma edição fac-similada encerra em si uma nova versão do documento que carece de busca por uma intervenção mínima, por uma coindexação de informações do documento físico com o digital e, também muito importante, a garantia da fidedignidade.

De modo a obter esta diretriz, faz-se necessária a atuação do fotógrafo-editor, aquele que, com base em conhecimentos prévios de fotografia, imprimirá escolhas próprias, desde o equipamento, a organização e sistematização das informações pertinentes até aos próprios documentos físicos, às fontes e ao próprio processo de digitalização. Esta etapa precisa ser executada de maneira criteriosa, de modo a evitar ocasionar deslizos de interpretações, intervenções editoriais e perda de informações paleográficas, diplomáticas e filológicas relevantes que devem ser consideradas no momento dessa escolha, tendo em vista o rigor científico que se espera para tal empreitada.

Um exemplo deste equívoco interpretativo pode ser observado no trabalho de Marcello Moreira. No artigo intitulado “Apontamentos bibliográficos sobre documentos relativos à Conjuração dos Alfaiates”, ao analisar as fontes da devassa, o linguista questiona:

Seriam as cópias reunidas em outros maços do Arquivo Público do Estado da Bahia e, também, na Biblioteca Nacional, meras cópias dos papéis sediciosos coligidos no maço

581? Não nos parece que os pasquins reunidos no maço 581 sejam os originais fixados em vários pontos da Cidade da Bahia, no dia 12 de agosto de 1798. Todos são produto de uma mesma mão; contudo, a letra dos pasquins é a mesma do escrivão Veríssimo de Souza Botelho, fato que se explica por ter sido ele o incumbido de realizar o traslado dos pasquins, ou seja, de copiá-los, a fim de que fossem anexados aos autos da devassa. (MOREIRA, 2001, p. 165) ⁷.

A análise de Moreira (2001) acerca da comparação da letra do boletim a que teve acesso com a grafia do escrivão Veríssimo de Souza Botelho não é incorreta. Ocorre, no entanto, que o documento consultado pelo autor, e que lhe foi apresentado, provavelmente, como sendo o original, trata-se de fato de uma das muitas cópias que foram realizadas dos boletins ditos sediciosos ao longo de toda a devassa. Apenas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) existem cópias no mesmo maço em que hoje os boletins originais se encontram⁸ : as que foram referidas por Moreira, cópias em livros de Correspondências Expedidas pela Capitania da Bahia para o Rei, e em livros de cópias de Ordens Régias, além das cópias presentes na Biblioteca Nacional, citadas pelo autor.

Para um historiador ou um estudioso de outra área que irá debruçar-se apenas ou majoritariamente na informação registrada no documento, o acesso à reprodução de um documento original, a uma cópia original, ou seja, cópia de época com reprodução fidelizada do conteúdo, ou a uma publicação com a transcrição do documento, seja ela diplomática, semidiplomática, ou modernizada, não é aspecto relevante para as interpretações de sua pesquisa. O mesmo não se aplica a um linguista, ou a um estudioso da filologia, da diplomática, da paleografia, e outras ciências que lidam com esse tipo de fonte documental.

São exemplos de trabalhos recentes que se debruçam sobre os aspectos extrínsecos destes manuscritos a partir das devassas da Conjuração Baiana: a tese de Moreno (2019), investigação de cunho linguístico-histórico, e os artigos de Santos (no prelo), Moreira (2001) e Lose e Santos (no prelo), que discutem sobre os scriptors constituídos nesse processo, sendo este último dedicado a “um detalhado exame destes manuscritos com enfoque no processo de avaliação de ‘autos de exame, e combinação das Letras dos pasquins’”, de modo a “averiguar se os manuscritos em questão são de fato originais e se as conclusões dos ‘letrados’, que subsidiaram a condenação à

⁷ Os documentos do Maço 581 da Seção Colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia, após novo arranjo do acervo, foram realocados para o Maço 576 da mesma Seção. O documento referido por Moreira é o item 576/13, uma cópia dos boletins originais presentes no mesmo Maço.

⁸ Maço 576 da Seção Colonial. Os itens 576/01 a 576/10 correspondem aos boletins originais que foram afixados em 12 de agosto de 1798 nos pontos estratégicos da cidade de Salvador. Os itens 576/11 e 576/12 correspondem aos bilhetes que apareceram alguns dias depois, após a prisão do primeiro suspeito de autoria dos manuscritos, Domingos da Silva Lisboa, o que contribuiu para a comprovação de sua inocência e posterior condenação do real autor, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga.

pena capital a um dos réus por conta da autoria dos boletins manuscritos, foi ou não justa” (LOSE; SANTOS; no prelo).

Portanto, sobretudo em se tratando da tipologia documental devassa, acessar o documento original de fato, em suporte papel, ou, quando isto é inviável, acessar a reprodução digital (edição fac-similada) correta do original e não a sua cópia, é essencial para a exploração de todas as muitas potencialidades de pesquisa ofertadas por documentos desta natureza.

Figura 1 –Boletim sedicioso de n. 01 (original) e cópia consultada



Fonte: À esquerda, boletim sedicioso de n. 01 – original. À direita, cópia consultada por MOREIRA (2001) como original. Respectivamente: BR BAAPEB TJBA SRB BB 576/01 e BR BAAPEB TJBA SRB BB 576/13 (Fac-símiles produzidos pelo Arquivo Público do Estado da Bahia e cedidos para esta investigação).

É nesse sentido que Brito (2015), em sua dissertação de mestrado, descreve etapas de uma metodologia elaborada pelos pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (Lapelinc), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, BA, denominada por Santos (2010) como “transposição”. A proposta do Método Lapelinc, para garantir a maior fidedignidade possível às fontes originais, procura contemplar três pressupostos: a) a integração entre o tratamento filológico com o computacional; b) a complexidade do documento histórico manuscrito; e c) o uso da fotografia enquanto método de transposição do texto em papel para o meio digital.

3.1 ALGUNS ELEMENTOS SOBRE A QUESTÃO DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

O processo de digitalização pode ser empreendido através de Câmera Fotográfica Digital ou através do Scanner. Em ambos os processos, imagens digitais são geradas e processadas para visualização em telas. Assim,

Com a câmera, a imagem é digitalizada via CCD (charge-coupled device) ou fotomultiplicador. Uma vez captada a imagem é armazenada na própria máquina, nos cartões de memória ou no computador. [...] O scanner digitaliza a imagem — seja de papel ou de filme, dependendo do scanner — também via CCD ou fotomultiplicador, e armazena-a igualmente no computador. (CESAR; PIOVAN, 2003, p. 160).

De modo geral, tanto a sociedade, quanto alguns pesquisadores, acreditam que qualquer dispositivo eletrônico digital que dispõe de uma câmera fotográfica, tais como os *smartphones*, *tablets*, ou até mesmo as câmeras digitais compactas (semiprofissionais), constituem-se de dispositivos adequados para a digitalização de documentos. Concordamos que há a possibilidade de realizar a digitalização de documentos a partir de tais dispositivos, porém, a cientificidade necessária que o documento exige para fins de pesquisas científicas confiáveis, muitas vezes, foge ao controle do pesquisador.

Assim, a digitalização precisa funcionar como uma ponte entre o documento físico e o documento digital e, para tanto, é preciso considerar vários aspectos pertinentes a diversas áreas do conhecimento, tais como as citadas nos tópicos anteriores. No caso da documentação da devassa da Conjuração Baiana, a instituição baiana custodiadora destes documentos procedeu a uma nova classificação documental baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, seguida da digitalização do acervo⁹ acompanhando diretrizes de modo a garantir uma identidade digital para cada documento que preserve estes aspectos.

A importância da organização sistematizada dos documentos de arquivo, tanto no que diz respeito aos seus formatos físicos (papéis, microfimes, fotografias etc.) quanto aos formatos digitais, é condição *sine qua non* para que o processo de digitalização garanta a fidedignidade às fontes. Além disso, os processos de digitalização (via transposição), como abordado por Santos e Brito (2014), devem ser empreendidos com o rigor científico que este tipo de fonte documental exige.

Seguindo esse pensamento, no livro “Introdução à Ecdótica: Crítica Textual”, de Segismundo Spina (1977, p. 80), o autor alerta que “[...] para realizarmos uma edição fotomecânica, é suficiente ser um bom fotógrafo ou técnico em serviços fotomecânicos”. Spina (1977) chama atenção para o fato de que para se realizar tal feito é preciso ser inicialmente ou “bom fotógrafo”, ou pelo menos “técnico em serviços na área”.

Durante esse processo também se faz necessário descrever, por exemplo, aspectos como a textura e suas marcas d'água, a espessura e a gramatura do papel, se há a presença ou não de

⁹ Disponíveis em: <http://www.icaatom.apeb.fpc.ba.gov.br/index.php/revolta-dos-buzios>

filigranas e, ainda, o tipo da tinta utilizada na escrita, os quais possam permitir que a versão digitalizada (edição fac-similada) cumpra com o princípio de fidedignidade.

Sugerimos que, para realizar tal processo, equipes multidisciplinares que contem com pesquisadores de áreas diversas, como Arquivologia, História, Paleografia, Diplomática, Filologia e Fotografia, dentre outras, possam se constituir, com o intuito de arquitetar um arcabouço básico fundamental de conhecimentos para que se obtenha o sucesso esperado, garantindo a relativa fidedignidade do documento original para as futuras pesquisas científicas.

Assim, acreditamos que, do ponto de vista dos Arquivistas, a digitalização precisa atender a princípios técnicos que levem em conta o caráter orgânico dos documentos, sua gênese e os princípios norteadores de seus pilares jurídicos, para que possamos compreender as bases fundamentais de suas entidades produtoras e acumuladoras na história do Brasil. Do ponto de vista dos Historiadores, o devido acondicionamento e sistematização de tais documentos, dispostas nos acervos e arquivos do País, pode contribuir, de forma decisiva, para a coleta de fontes que possam nos dar uma margem de aproximação dos idos de nossa história. Do ponto de vista dos Paleógrafos e de pesquisadores da Diplomática, tais produtos gráficos, compreendidos de forma assentada, em seus contextos tipológico-documentais, tornam-se substâncias historicamente localizadas, a partir de suas respectivas funções sociais, para a reconstituição das histórias da cultura escrita no Brasil, contribuindo, de forma decisiva, para as pesquisas que se enveredam para a história dos suportes e dos materiais de escrita utilizados no âmbito da administração portuguesa, como também para a história dos trâmites documentais que marcaram a relação entre metrópole e suas colônias, quando tratamos, por exemplo, das documentações trasladadas. E, por fim, do ponto de vista dos fotógrafos, a digitalização precisa, para além dos critérios anteriores da Arquivística, da História e da Paleografia, funcionar como uma ponte de passagem entre um documento físico para o digital, colaborando para um resgate das informações das fontes originais, de modo a imprimir outras que digam respeito ao processo digital, atendendo, sempre que possível, aos princípios das instâncias governamentais, tais como o Conselho Nacional de Arquivos, o CONARQ.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar, as devassas são fontes de pesquisa de suma importância para diversas áreas do conhecimento. Observando os “autos processuais”, por exemplo, levando em conta o caráter diplomático dessa espécie documental, o qual dá à “devassa” forma jurídica,

podemos colher um número relevante de dados sobre os perfis sociológicos dos envolvidos nesses processos. A partir da base de informações dada pelos notários de cada contexto, é notória a riqueza de elementos que emergem dos milhares de fólios de cada um desses processos. Além disso, estes são fontes extremamente importantes para entendermos como se dava a circulação da escrita em conjunturas tão peculiares, como as sedições de finais do período colonial do Brasil, pois as principais provas materiais das devassas de insurreição eram justamente documentos manuscritos que, direta ou indiretamente, propagavam ideias revolucionárias, que caracterizam o crime de “lesa-majestade”.

O que sabemos, diante disso, é que as devassas podem nos dar uma base para analisarmos um período tão carente de investigações, pelo menos em relação à difusão e à circulação da escrita, como é o período colonial do Brasil. Cabe a nós, interessados pela história da cultura escrita, entendermos que a problemática de lidar com arquivos é um obstáculo que pode ser superado a partir de pesquisas de base, as quais podem ser realizadas nos diversos domínios arquivísticos de nosso país, a exemplo do que vem sendo feito pela equipe de trabalho do Grupo de Pesquisas Memória em Papel, coordenado pela Professora Doutora Alícia Duhá Lose.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). Secretaria da Cultura e Turismo/Arquivo Público do Estado. **Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates**. Salvador: 1998. v. 1 e 2. 1274p.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso de arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BASSANEZI, Silvia Maria. Registros paroquiais e civis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (org.). **O Historiador e suas Fontes**. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-193.

BRASIL (Estado). Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADÉ: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

BRITO, Giovane Santos. **Do texto ao documento digital**: transposição fotográfica de documentos manuscritos históricos para formação de corpora linguísticos eletrônicos. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Linguística, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista - BA, 2015.

CEIA, Carlos. Edição-Facsimilada. In: CEIA, Carlos. **E-dicionário de Termos Literários**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2020. p. 5. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/?s=Edi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 06 ago. 2020.

CESAR, Newton; PIOVAN, Marco. **Making Of**: revelações sobre o dia-a-dia da fotografia. São Paulo: Futura, 2003.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho. (org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 218-248.

LOSE, Alícia Duhá; SANTOS, Libânia da Silva. Uma análise diplomático-paleográfica no nordeste brasileiro em fins do séc. XVIII ou quem escreveu os pasquins sediciosos da conspiração dos alfaiates/revolta dos búzios? In: **COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE PALEOGRAFIA**, 2. Dossiê Paleografia da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (no prelo).

MATTOS, Florisvaldo. **A comunicação social na Revolta dos Alfaiates**. 3. ed. Salvador: ALBA, 2018.

MOREIRA, Marcello. Litterae Occidentis. **Apontamentos bibliográficos sobre documentos relativos à Conjuração Baiana**. Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista, BA, v. 1, n. 1, p. 161-178, 2001.

MORENO, André Luiz Alves. **Escrita (in)surgente**: distribuição social da escrita nos movimentos sediciosos do Brasil de finais do período colonial. 2019. 388 f. (Tese) - Doutorado em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.

REIS, João José. **Magia Jeje na Bahia**: a invasão do calundu de Pasto de cachoeira, 1785. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 16, mar. 88/ ago. 88, 1988. p. 57-81.

SANTOS, Jorge; BRITO, Giovane Santos. Fotografia técnica de documentos para formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc. **Letras & Letras (Online)**, v. 30, p. 421-430, 2014.

SANTOS, Jorge Viana. **Técnicas de transporte do texto manuscrito para o meio digital**. Palestra proferida em mesa redonda da VII Feira do Semiárido e I workshop de Linguística de corpus, em 16 dez. 2010. UEFS: Feira de Santana, 2010.

SANTOS, Libania da Silva. “Nunca os vio, e nem os ouvio ler”: análise paleográfica de autoria de manuscrito do contexto da conjuração baiana (1798). In: SEMINÁRIO NACIONAL PALEOGRAFIA E SUAS INTERFACES, 2. **Anais [...]** (no prelo).

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPINA, Sigismundo. **Introdução à Ecdótica**: Crítica Textual. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.

NOTAS DE AUTORIA

ANDRÉ MORENO

É Mestre e Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, desenvolvendo pesquisas sobre a difusão social da escrita em conjunturas sediciosas. É Licenciado e Bacharel em Letras Vernáculas pela mesma Universidade. Possui Pós-Doutorado em Variação e Mudança Linguística no Português pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Vincula-se ao Projeto Memória em Papel (CNPQ/UFBA), coordenado pelas Professoras Doutoradas Alícia Duhá Lose e Lívia Borges

Magalhães, atuando em investigações de cunho filológico, paleográfico e arquivístico no âmbito do Brasil. Foi integrante do Programa para a História da Língua Portuguesa - PROHPOR (CNPQ/UFBA), entre 2010 e 2020, atuando como bolsista de Iniciação Científica, de Mestrado e de Doutorado, sendo, posteriormente, cadastrado como membro pesquisador. Dentre suas várias temáticas de investigação, interessa-se pela reconstituição histórica da difusão social da escrita no Brasil, principalmente em relação aos períodos colonial e imperial. Dedicar-se, também, à reconstituição da história social da escrita na região da Chapada Diamantina, coordenando o Projeto "Escritas Diamantinas: Programa de Estudos em História, Sociedade e Cultura Escrita na região da Chapada Diamantina-BA", desenvolvido no âmbito da Universidade do Estado da Bahia, onde é atualmente Professor. Atua nas áreas de Filologia, História da Cultura Escrita e Linguística Histórica.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/1818969103430771>

GIOVANE BRITO

Doutorando em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Linguística e Licenciado em Letras Vernáculas ambos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em Metodologia do Ensino a Distância (EAD) pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau). Atua como Analista de Educação e EAD na Faculdade Sudoeste (FASU/UNIGRAD) e como professor da Faculdade Einstein (Facei). Faz parte do Grupo de Pesquisa em Estudos da Linguagem (GPEL/UESB/Cnpq), sendo colaborador na construção de um corpus digital de documentos, no Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (LAPELINC/UESB). Atualmente desenvolve pesquisas pelos Grupos: Nova Scripta Philologica e Memória em Papel - Grupo de estudos paleográficos, filológicos e históricos, ambos do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA/UFBA). É pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem experiência nas áreas de Ensino Médio, Ensino Superior e Educação a Distância (EAD), atuando com os seguintes temas: Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Redação, Literatura Brasileira, Ensino a Distância, Tutoria, Ensino Híbrido, Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Disciplinas On-line, Tecnologias Educacionais, Metodologias Ativas, Linguística de Corpus, Linguística Histórica, Fotografia, Documentos Manuscritos, Edições de Textos, Paleografia, Diplomática e Filologia Textual. Contatos: (77) 98869-1038; E-mail: giovane.uesb@gmail.com; Instagram: [@giovanesbrito](https://www.instagram.com/giovanesbrito)

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3095789485694360>

LIBÂNIA SANTOS

Licenciada e Bacharela em História com Concentração em Patrimônio Cultural - UCSal (Universidade Católica do Salvador); Paleógrafa; Atuou por 09 anos no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), onde chefiou os Setores de Arquivos Privados, Legislativo e Alfandegário e coordenou a Seção de Arquivos Colonial/Provincial. Ministra cursos de leitura e transcrição de manuscritos e trabalha com gestão, edição, pesquisa e transcrição de documentos históricos. É professora de História na Secretaria de Educação do Estado da Bahia, mestranda em Filologia no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia e compõe os Grupos de Pesquisa "Memória em Papel - Estudos Paleográficos, Filológicos e Históricos" (UFBA), "Cartas Jesuíticas" - Transcrição e Tradução de documentos manuscritos coloniais brasileiros em latim e português, e o Grupo Binacional (Brasil/Portugal) "Filologia, Historiografia e Tecnologias Derivadas" (UFBA/Universidade de Coimbra).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/4844821917012641>